

**EDUARDO PIRES DE OLIVEIRA**

**De Braga para Minas Gerais, no século XVIII:  
Novos dados biográficos sobre o arquitecto António  
Pereira de Sousa Calheiros<sup>1</sup>.**

**1995**

---

<sup>1</sup> - Este texto corresponde, de certo modo, ao relatório que apresentamos à Fundação Calouste Gulbenkian e à Universidade do Minho, na sequência da nossa estadia e trabalho em arquivos brasileiros (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro; Biblioteca Municipal e Arquivo Municipal de S. João d' El Rei; Arquivo da Igreja Matriz de Tiradentes; e Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte), bem como em várias bibliotecas particulares, levada a cabo durante três semanas dos meses de Maio e Junho do presente ano de 1995.

À Fundação Calouste Gulbenkian devemos a bolsa que nos permitiu arcar com as despesas das viagens e estadia; e à Universidade do Minho a equiparação a bolseiro.

Cumpre-nos ainda agradecer aos queridos Amigos Miriam Ribeiro de Oliveira (Rio de Janeiro), Olinto Rodrigues Santos Filho (Tiradentes) e Marcos Hill (Belo Horizonte) todas as atenções - que tantas foram - que tiveram para connosco que nos possibilitaram conseguir obter o máximo possível de resultados nas três semanas que permanecemos no Brasil.

A história da Arte Luso-Brasileira tem sido feita apenas no sentido de se procurar encontrar as grandes linhas de intercomunicação entre os sentimentos artísticos das sensibilidades dos povos lusitano (de Portugal) e brasileiro.

Apesar da existência de um número já bastante razoável de estudos da autoria de investigadores brasileiros e portugueses, a verdade é que é ainda muito pouco o que se conhece.

Na sua maioria procura-se fazer a pesquisa no sentido de cá para lá, de Portugal para o Brasil. Paternalismo que tem sido bem aceite pelos colegas brasileiros.

Esquece-se assim que já no século XVI havia pessoas que voltavam do Brasil para Portugal, retorno esse que com o correr dos tempos foi sendo cada vez maior.

Num estudo recente que fizemos sobre relações artísticas havidas entre as cidades de Braga e a mineira S. José do Rio das Mortes, actual Tiradentes, abordamos algumas obras de arte, encomendadas a Marceliano de Araújo que, por volta de 1737, foram da cidade dos arcebispos para aquela povoação sertaneja; bem como a uma capela feita na freguesia de Caldelas, concelho de Amares, construída com dinheiro "brasileiro" e com um projecto vindo daquela mesma cidade, mas talvez da autoria de um bracarense que por lá vivia! Apresentamos esse estudo no III Colóquio Luso-Brasileiro de História de Arte, que se fez em Évora, no mês de Fevereiro deste ano de 1995.

Nesse mesmo colóquio José Meco deu a conhecer as semelhanças que existem entre o retábulo da capela do Santíssimo Sacramento da Sé da Baía com outros existentes do outro lado do globo, em templos indianos, à roda das cidades de Damão e Bombaim, mormente os das capelas do Campo dos Remédios, Nossa Senhora dos Remédios e, ainda, da Madre de Deus, todos em Damão.

Verdadeira pedrada no charco este estudo mostra-nos bem quanto é necessário conhecer não só a arte portuguesa, luso-brasileira, ou indo-portuguesa, mas sim a arte do espaço português na sua totalidade.

É que os caminhos não existiam apenas para ligar Portugal de Norte a Sul, às ilhas atlânticas, África, Brasil ou Índia; havia também a possibilidade de se ir da Índia para o Brasil (e vice-versa) e de todos estes locais comunicarem, de alguma forma, entre si; muitos outros caminhos haveria, concerteza. Também esses estão à espera do seu "descobridor".

Com o presente estudo pretendemos trazer novos dados sobre uma das personalidades artísticas mais fascinantes da História da Arte Luso-Brasileira. Fascinante pela qualidade e ousadia dos projectos que concebeu para diferentes cidades brasileiras; e fascinante, também, pelo mistério que existe em volta do seu nascimento, formação e vida.

Referimo-nos, concretamente, a António Pereira de Sousa Calheiros, o bracarense que no Brasil, em meados do século XVIII, criou as mais complexas plantas de templos do espaço artístico português.

**Vida em Portugal** - Em várias petições que apresentou ao longo da sua vida António Pereira de Sousa Calheiros afirma sempre que é natural de Braga:

*Pela petição inclusa pede a Vossa Magestade António Pereira de Sousa Calheiros, bacharel, formado em Cânones, natural da cidade de Braga, e de presente morador na vila de S. José da Comarca do Rio das Mortes ...<sup>2</sup>*

---

<sup>2</sup> - Por exemplo no documento nº 5.

Tal facto parece ser confirmado pela carta de 1737 enviada ao escultor bracarense Marceliano de Araújo que aqui voltamos de novo a apresentar<sup>3</sup>, em que faz uma breve descrição do ambiente da vila de S. José do Rio das Mortes onde trabalhavam, nos mais diversos ofícios, vários bracarenses.

Todas as pesquisas que fizemos nos Livros de Assento das freguesias urbanas de Braga não nos permitiram encontrar o registo do seu nascimento<sup>4</sup>.

A sua formação conhece-se apenas pelo teor de palavras suas. Em vários documentos o doutor Calheiros afirmou ser bacharel formado em cânones:

*Diz António Pereira de Sousa Calheiros, bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones e morador na comarca do Rio das Mortes*<sup>5</sup>

Mas da mesma forma os registos da Universidade de Coimbra não são muito claros quanto à sua passagem por ela.

### **No Brasil.**

Segundo o documento já atrás citado<sup>6</sup> António Pereira de Sousa Calheiros encontrava-se no Rio de Janeiro no ano de 1732, ou 1733. Este documento não nos informa há quanto tempo lá se encontravam.

A situação económica e social que aí desfrutava não era nada condizente com a categoria de bacharel que dizia ter. Quase se pode dizer que era pobre e que não parecia ter soluções para sair da situação em que se encontrava.

Naquele ano foi chamado para S. José do Rio das Mortes por um dos bracarenses que então aí vivia, o entalhador Pedro Monteiro de Sousa<sup>7</sup>.

Algures entre 1732 (ou 1733) e 1736 casou. E casou rico. A sua situação económica e a sua maneira de ser modificaram-se então bastante. Tanto que deixou de se relacionar com quem antes o apoiara

*E ele [Pedro Monteiro de Sousa] do que se estimou foi de lhes escreverem misérias da sua casa a um António Pereira Pereira (sic) Calheiros, filho de outro Calheiros de Braga, que há cinco para seis anos veio para aqui. Ele o trouxe do Rio de Janeiro, pelo amor de Deus. E hoje, como casou rico, se não trata com o dito Monteiro, por vergonha de saber-lhe como veio para esta terra*

As pesquisas que efectuamos no Arquivo da Matriz de Tiradentes não nos permitiram saber quando casara e quantos filhos tivera. Uma leitura dos livros relativos aos enterramentos efectuados na igreja matriz, também não referiu a morte de qualquer

---

<sup>3</sup> - Documento nº 1. Já dada a conhecer em OLIVEIRA, 1995.

<sup>4</sup> - Agradecemos ao nosso bom Amigo dr. Alberto Oliveira todo o apoio que nos deu nestas pesquisas.

<sup>5</sup> - Por exemplo no documento nº 5.

<sup>6</sup> - Documento nº 1.

<sup>7</sup> - Sobre este entalhador veja-se, por exemplo, OLIVEIRA, 1995 e SANTOS, 1994 (1) que descreve a sua obra na matriz de Tiradentes e transcreve os documentos dos pagamentos que lhe foram feitos.

filho, o que é estranho num período em que a mortalidade infantil foi tão forte<sup>8</sup>. Mas não se pode pôr a hipótese de não ter tido filhos porque é bem conhecido um requerimento que fez em 1738 para regressar ao reino com sua mulher, filhas e uma criada<sup>9</sup>. Os livros de batizados que cobrem os períodos de 1748-1797 e 1752-1780 também não nos dão nenhuma informação nesse sentido.

Mas o livro *Fábrica da matriz. Inventário dos bens da Matriz cada ano. Receita e despesa da fábrica 1738-1804* refere no fôlio 58v o pagamento de \$750 pelo enterro do seu escravo António Mina em data que podemos localizar entre Julho de 1735 e 4 de Novembro de 1736<sup>10</sup>; nos finais do ano de 1752, ou Janeiro de 1753, encontramos no mesmo livro (fol. 101v) outro registo semelhante.

Pouco conhecemos sobre a escravatura em Minas setecentista. Mas atendendo a que o livro indicava sempre, conjuntamente, o nome do escravo e o do seu dono, e comparando com outros assentos, parece-nos que Calheiros apenas teria um ou dois escravos; mas este é um assunto a ver com melhor atenção se se vier a revelar de interesse.

Outros documentos deram-nos alguns resultados bem interessantes: até agora sabíamos que em 23 de Junho de 1736 entrara para a irmandade do Santíssimo Sacramento, de que em 1738 fora tesoureiro e em 1740 escrivão<sup>11</sup>, numa sucessão de cargos que em Braga, no mesmo período, era invulgar, senão inédita; mas é natural que em Minas setecentista tudo pudesse ser diferente!

O que de novo e muito interessante agora detectamos foi o facto de 1741 nos aparecer como Provedor o que nos mostra a sua vontade de subir na escala social da cidade! E, mais interessante ainda, é o facto de termos detectado a sua assinatura, estranhamente até agora ainda nunca dada a conhecer<sup>12</sup>.

Se conjugarmos os factos referidos na carta atrás referida<sup>13</sup> que chegou a Braga, com esta sucessão de cargos na mais importante das estruturas religiosas abertas ao pessoal laico da cidade de S. José - a Irmandade do Santíssimo Sacramento - pensamos que poderemos facilmente conhecer um pouco melhor o carácter de Calheiros: um homem que queria vencer rapidamente na vida sem olhar muito aos meios.

Claro está que estes factos não nos dão elementos que nos permitam estabelecer pontes para a compreensão da sua futura incursão nas artes da arquitectura ou de risco de retábulos; afinal, também, outra forma de arquitectura.

Nos parcos dados que até agora eram conhecidos da sua biografia havia algo que muito nos admirava: porque é que não havia referência a outras obras gizadas por Calheiros na terra onde teve algum poder ou, então, na vizinha cidade de S. João do Rio das Mortes, actual S. João d' El Rei? Nada mais natural que este homem quisesse dar "o gosto ao dedo" naquelas bandas, ou que alguém lhe pedisse para ele exercitar essas suas capacidades. Mas também poderia acontecer que só numa fase mais tardia da sua vida se decidisse a elaborar desenhos de arquitectura.

---

<sup>8</sup> - Não nos esqueçamos, contudo, que raramente se anotavam os óbitos de crianças com idade inferior a sete anos.

<sup>9</sup> - Documento nº 4.

<sup>10</sup> - *Fábrica da matriz. Inventário dos bens da Matriz cada ano. Receita e Despesa da fábrica 1738-1804*, fol. 58v: *Pelo enterro de António Mina escravo do Dr António Pereira de Sousa Calheiros \$750*.

<sup>11</sup> - Ver Documento nº 2; e OLIVEIRA, 1989, que depois reproduzimos em OLIVEIRA, 1993, p. 215-216, para maior acessibilidade ao público português.

<sup>12</sup> - Ver Documento nº 3.

<sup>13</sup> - Ver Documento nº 1 e OLIVEIRA, 1995.

Naturalmente que durante a sua permanência como provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Calheiros levou a cabo várias obras; mas os documentos nada nos dizem sobre a autoria dos projectos dessas obras<sup>14</sup>.

Pensamos porém que Calheiros veio ainda a executar um projecto de arquitectura em S. João d' El Rei, cidade de que em 1747 veio a ser nomeado procurador (em conjugação com a de S. José), como adiante veremos.

Segundo uma informação que nos foi transmitida pelo nosso amigo Olinto Rodrigues dos Santos Filho, pode ler-se no livro *Relatos sertanistas*, organizado por Afonso de E. Taunay<sup>15</sup>, que já talvez em data próxima de 1750<sup>16</sup> se fizera a igreja das Mercês de de S. João d' El Rei ao gosto da *Rotunda de Roma*:

*No morro da espalda da vila, na sua costaneira, está a capela de Nª Sª das Mercês, feita pela figura do Panteão ou Rotunda de Roma ...*

Esta informação parece-nos ser muito preciosa para um ulterior estudo da obra de Calheiros. Infelizmente parece nada se conservar do arquivo daquele templo; todas as pesquisas que fizemos nesse sentido, todas as conversas que fizemos com diferentes investigadores do passado histórico e artístico daquela cidade, nos apontam para esse sentido.

A agravar esta situação de falta de informação mais concreta há o facto desta igreja ter recebido grandes alterações nos princípios do século XIX; e, para maior azar da investigação, o templo foi inteiramente derrubado no final do terceiro quartel desse mesmo século, sendo substituído por outro que se construiu de raiz.

Não conhecemos também iconografia onde nos possamos apoiar. O presépio que se guarda no pequeno museu de S. João d' El Rei tem um fundo com uma representação da cidade. Mas é tão pequeno que não permite qualquer leitura merecedora de confiança.

Com esta nova descoberta algumas questões podem e devem ser aqui levantadas, mesmo que pareçam extremamente ousadas. Mas pensamos que devem ser muito bem ponderadas antes de se tomar qualquer decisão de as aceitar, ou rejeitar.

1 - No nosso actual estágio de conhecimento as igrejas conhecidas, ditas *ao gosto da rotunda de Roma*, aparecem sempre ou atribuídas a Calheiros (por Bretas), ou em local onde é sabido que Calheiros trabalhou.

---

<sup>14</sup> - Veja-se, por exemplo a acta do dia 19 de Fevereiro de 1741:

*Aos 19 dias do mês de 1741, na casa do consistório do Santíssimo Sacramento desta vila; estando presentes o provedor António Pereira de Sousa Calheiros ... pelo provedor foi proposto que ele havia mandado fazer as obras seguintes: a saber, o conserto do adro desta igreja no qual se fez despesa de que constará dos Recibos. A obra do arco da capela mor revestido de talha por 230 [oitav]as e duas dúzias de taboado de forro. A obra de caixilharia dos quadros da capela-mor e as paredes desta vestidas de talha, o resto digo de talha por preço de 366 [oitav]as e 3/4 de ouro o resto do soalho do corpo da igreja por 75 [oitav]as de ouro, etc.*

*E pelos ditos irmãos e mesa foi dito que aprovavam ...*

Quem veio a executar esta talha foi o entalhador bracarense João Ferreira Sampaio conforme se pode ver por ajustes feitos no ano de 1740-1741 e pagamentos feitos nos anos de 1747-1748 e 1749-1750, aliás já estudados por SANTOS, 1994 (1).

<sup>15</sup> - TAUNAY, 1981, (relato de José Álvares de Oliveira - *História do distrito do Rio das Mortes, sua descrição ...* datável de c<sup>a</sup> de 1750).

<sup>16</sup> - VIEGAS, 1969, p. 245-247, informa que esta capela já existia em 1751, foi reformada em 1807 e totalmente arrasada e construída de novo em 1877.

2 - Embora fosse interessante encontrar mais documentação sobre a primitiva igreja das Mercês de S. João d' El Rei talvez não seja de todo errado apresentar a hipótese deste templo ter sido riscado por Sousa Calheiros.

3 - Se se confirmar a hipótese que levantamos em Évora<sup>17</sup> poderá ter sido também da sua autoria a pequena capela de Sto Ovídio, feita na vizinha freguesia de Caldelas, concelho de Amares, distrito de Braga. Lembremos que o projecto e o dinheiro vieram de Tiradentes no ano de 1737, que o financiador desta obra também era natural de Braga e que tinha algum, pelo menos, relacionamento com Calheiros.

O que é curioso é que esta capela é também de planta centrada (circular)! Aliás Braga, local de nascimento de Calheiros, é uma cidade onde desde os finais do século XVII abundam pequenos templos de planta centrada<sup>18</sup>.

4 - Esta questão é de longe a mais polémica: sabemos que no Rio de Janeiro se construiu em 1733 a igreja a São Pedro dos Clérigos, também de planta curvilínea e torres redondas, muito inovadora, mas sem o extremo de ousadia de planta que têm as igrejas de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Rosário dos Pretos, de Ouro Preto e de São Pedro dos Clérigos, de Mariana. Sabemos também que pelo ano de 1733 Calheiros saíu do Rio e veio para Tiradentes.

Todos os historiadores de arte, de Bazin<sup>19</sup> a Bury<sup>20</sup>, passando por Tapié<sup>21</sup> e muitos outros, terminando no recente artigo de Miriam Ribeiro<sup>22</sup> associam estas igrejas, mas não encontram explicação para a sua profunda originalidade e falta de continuidade, ou de reflexo em Minas Gerais.

Bury é talvez o que vai mais longe ao propor que pudesse haver um aproveitamento de uma gravura estrangeira. E a verdade é que elas corriam no Rio e em Minas, levadas até por comerciantes entre os artigos de interesse de venda na região mineira de setecentos, conforme nos refere Eugénio dos Santos<sup>23</sup> no interessante artigo que publicou recentemente. Quem sabe se algumas destas gravuras eram de plantas ou projectos de arquitectura? E é conhecido também que circulavam em abundância pela América Latina os principais tratados de arquitectura<sup>24</sup>.

A questão que queremos levantar e gostaríamos de um dia ver respondida é a seguinte: até que ponto Calheiros - então no Rio de Janeiro - teve alguma relação com a igreja de S. Pedro dos Clérigos?

Teve alguma intervenção no seu projecto? Não conhecemos literatura sobre este templo, nem sabemos se ainda se conserva o seu fundo arquivístico; e, caso positivo, se já foi explorado. A igreja, essa, foi destruída em 1944 para abertura da Av. Presidente Vargas. Ficaram apenas algumas, poucas imagens e a planta.

---

<sup>17</sup> - OLIVEIRA, 1995.

<sup>18</sup> - Em OLIVEIRA, 1992, p. 45-61 (texto: *A Arquitectura religiosa em Braga na 1<sup>a</sup> metade do século XVIII*) apresentamos uma série bastante grande de capelas e igrejas de planta centrada que se fizeram na cidade de Braga no período de infância de Sousa Calheiros que assim as pôde ver e nelas ouvir missa.

Lembremos, por exemplo, que a capela do Paço Arquiepiscopal, do tempo de D. Rodrigo de Moura Teles, também era de planta centrada. Assim como as do Bom Jesus do Monte, a do Bom Jesus de Barcelos, etc., etc.

<sup>19</sup> - BAZIN, 1956.

<sup>20</sup> - BURY, 1991, texto *As igrejas "Borromínicas" no Brasil colonial* (p. 103-135).

<sup>21</sup> - Sobretudo TAPIÉ, 1973.

<sup>22</sup> - OLIVEIRA, 1994. Esta revista tem a data de Dezembro de 1994, mas só saiu em Maio de 1995.

<sup>23</sup> - SANTOS, 1994 (1).

<sup>24</sup> - TORRE REVELO, 1956.

Miriam Ribeiro, no artigo acima citado, põe a *hipótese de directrizes precisas dadas ao arquitecto Sousa Calheiros pela Irmandade de S. Pedro de Mariana*, para a construção da sua igreja, dado, possivelmente, estas duas irmandades serem da mesma invocação. Por essa razão esta irmandade deveria ser, com toda a certeza, conhecedora do projecto da irmandade sua homónima do Rio.

Mas esta autora ainda não conhecia a referência à igreja das Mercês, de S. João d' El Rei, templo que é pelo menos quatro anos anterior à igreja de Mariana. Esta referência não nos diz que Calheiros participou naquele projecto, ou no do Rio; mas se se vier a confirmar a sua autoria nesta, ora destruída, igreja mineira, mostra-nos que ele estava receptivo a projectos de arquitectura de igrejas onde se utilizassem plantas centradas e elípticas, ou de dupla elipse.

## OUTROS DADOS SOBRE A SUA VIDA

Vimos já que são muito poucos os elementos conhecidos sobre a sua vinda para o Brasil e a sua vida familiar.

Para além dos dados já atrás referidos sabia-se que tentara regressar para a Portugal em 1737. A sua petição foi despachada favoravelmente em 30 de Outubro de 1739 <sup>25</sup>.

Sabia-se também que era Juiz dos Órfãos, no mesmo ano de 1737 <sup>26</sup>. Pelo que se depreende da leitura deste documento não viveria então em S. José do Rio das Mortes pois há uma queixa da população reclamando por ele morar noutro termo.

Ficava assim em claro a possibilidade de ter vindo para Portugal aproveitando a autorização que recebera. E torna-se então inexplicável qual seria o seu local de morada, dada a queixa atrás citada.

Este dado é um pouco estranho: onde é que então viveria? Na vizinha São João? Noutro qualquer arraial que existisse perto? E é tanto mais estranho pois já vimos que por estes anos ele desempenhou cargos importantes na direcção da Irmandade do Santíssimo Sacramento de S. José do Rio das Mortes! Dúvidas que ficam.

Em 1744 recebeu a patente de Sargento-mor das Ordenanças de São José, que lhe foi confirmada no ano seguinte<sup>27</sup>. Este facto mostra bem que estava a conseguir uma boa ascensão social e a penetrar bem nos caminhos do poder local.

É possível, e nada mais natural, que Sousa Calheiros tenha utilizado naquele sertão os seus conhecimentos académicos para conseguir ir grangeando alguns cargos. Os letrados não deveriam abundar. O seu bom casamento também lhe deve ter facilitado muito a vida.

Não é portanto de admirar que tenha sido escolhido pelas câmaras vizinhas de S. José e S. João d' El Rei para importantes missões.

Uma delas teve um carácter absolutamente excepcional pois refere-se a uma vinda a Portugal, à Côrte, para tratar de um assunto dos dois municípios

Por documentos encontrados na Biblioteca / Arquivo de S. João d' El Rei<sup>28</sup> podemos afirmar que, pelo menos em 30 de Setembro de 1747, estava ausente de Minas, muito possivelmente já em Lisboa, na qualidade de procurador daquelas cidades.

---

<sup>25</sup> - Ver Documento nº 4; e OLIVEIRA, 1989, que depois reproduzimos em OLIVEIRA, 1993, p. 215-216.

<sup>26</sup> - MENESES, 1975, p. 150, documento nº 38.

<sup>27</sup> - MENESES, 1975, p. 152, documento nº 42.

<sup>28</sup> - Documentos nº 5 e 6.

O assunto que o trazia à metrópole tinha a ver com a existência de uma antiga ponte particular que havia entre as duas vilas, sobre o Rio das Mortes, a Ponte de Porto Real.

Essa ponte era uma das várias existentes, muito possivelmente a melhor localizada, pois se situava muito próxima dos limites da vila de S. João. Tinha sido mandada edificar por Marçal Cazado Rotier, cidadão ilustre de S. José.

Como o seu possuidor e construtor exigia, naturalmente, uma portagem os povos das duas vilas insurgiram-se pois não tinham outra alternativa senão a de passar por ela. É que não era vulgar serem os moradores obrigados a pagar portagem. As câmaras para atender aos pedidos dos seus munícipes resolveram pedir ao rei, no ano de 1730, permissão para adquirir o direito de passagem.

Para tal chegou a ser criado um livro onde se iam assentando as contribuições voluntárias<sup>29</sup> para apoiar as câmaras a aguentar esta despesa.

De início o dono não quis aceitar, mas a coroa impôs-se, argumentando que se fosse necessário actuaria pela via judicial<sup>30</sup>.

O facto de Calheiros estar em 1747 em Lisboa como procurador das duas vilas para aquele que era talvez o caso judicial mais premente e político que as duas povoações tinham é extremamente interessante do ponto de vista da sua carreira particular. Com toda a certeza que as duas vilas tiveram o cuidado de escolher a personalidade mais dotada que nelas habitava para a mandarem a Lisboa a fim de as representar junto do rei.

Se é certo que esta vinda a Portugal foi importante no que respeita á sua carreira pessoal de homem ligado aos sectores administrativos também, talvez, não seja

---

<sup>29</sup> - Biblioteca Municipal de S. João d' El Rei / Arquivo de S. João d' El Rei - [Livro nº 217] *Promessas que cada um dos moradores desta vila e termo prometem por sua vontade. Para o resgate da ponte pública sobre o Rio das Mortes [1736-1751]*

<sup>30</sup> - Vejam-se as palavras de CINTRA, 1982, p. 289-292:

*O Senado da Câmara escreve a D. João V pedindo a construção de uma ponte sobre o Rio das Mortes, entre as vilas de S. José e S. João d' El Rei. A primeira ponte de madeira existente no local, concluída em 1735, fora construída por Marçal Cazado Rotier. Pagava-se pedágio a Marçal - "porque pôs uma ponte à sua custa, da qual levava \$020 por pessoa e \$160 por cavalo ..." Como se afigurava de utilidade pública a livre passagem pela ponte, o Senado da Câmara de S. João d' El Rei convocou, a 15/07/1736, os moradores da vila, a fim de que contribuíssem para o resgate da citada ponte. Daremos os nomes de alguns contribuintes em oitavas de oiro: José Mattol (10), Manuel da Costa Gouveia (30) ...*

*Aos 17/10/1744 o Senado da Câmara escreveu ao Governador de Minas pedindo - "para serem relevados estes povos de pagamento das passagens da ponte que ficava entre as duas vilas". Esclarecia o mesmo Senado que o povo concorreu com 1.500 oitavas de ouro que foram pagas a Marçal Cazado Rotier, correndo já por conta do conselho do Senado os reparos da mesma. Pedia, outrossim, que mandasse declarar livre o porto Real da Passagem, situado entre as vilas de S. José e S. João d' El Rei. Marçal, nascido em Lisboa ... era dono de toda a várzea, nas imediações de S. João d' El Rei, que até hoje tem o nome de Várzea do Marçal.*

*... Integrou o Senado da Câmara de S. João d' El Rei, tendo exercido o cargo de Juiz Ordinário ...*

*Marçal faleceu a 31/05/1767, tendo sido sepultado na capela mor da igreja Matriz da vila de S. José, por ter sido, ali, provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento.*

Não sabemos quando foi resolvido este assunto. Mas segundo este mesmo autor ainda em 16 de Abril de 1754 foi redigida nova petição ao rei para acabar com o pagamento do pedágio (p. 178).

Mais documentação interessante - e ainda mais tardia - sobre este caso pode ser vista no Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte), códice SC 110, fól. 96, datável de 1757. Trata-se de correspondência enviada pelo rei ao governador de Minas a pedir informações sobre o assunto e a resposta que este deu.



menos certo que Sousa Calheiros deve ter aproveitado a sua estadia na metrópole para observar o que por cá se ia construindo. Daí que seja legítimo colocar algumas questões para quem, de futuro, se venha a interessar pelo estudo da sua vida e obra:

Até que esta vinda a Portugal o influenciou nas suas futuras actividades artísticas? Terá podido observar algum livro de arquitectura da Europa Central? Terá acaso vindo a Braga, cidade que sabemos ter recebido informação artística oriunda daquela região europeia?

São factos ainda a meditar e que nos espreitam mais o nosso interesse por esta tão curiosa e misteriosa personalidade humana e artística.

Em meados do ano seguinte, no dia 2 de Julho de 1748, arrematou pela enorme quantia de 1.610\$000 o cargo de *Escrivão da Câmara da Almotaçaria da Vila de S. José, comarca do Rio das Mortes, por tempo de três anos e em seu impedimento ... nomear pessoa que sirva o dito ofício nos referidos anos*<sup>31</sup>.

De registar aqui a enorme quantia que ofereceu pelo cargo, o que mostra bem que já dispunha de um bastante razoável poderio económico.

A "colónia" bracarense existente nestas duas cidades não se limitou a Sousa Calheiros e ao já referido Pedro Monteiro de Sousa. Noutro trabalho, já aqui referido<sup>32</sup>, demos a conhecer José Álvares de Azevedo, que era sargento mor em 1737. Outra personalidade importante foi Manuel José Correia Alvarenga, nascido em Braga em 1717.

É facto já bem conhecido que o autor do livro *Braga Triunfante ...* - onde se descreve a entrada solene do arcebispo D. José de Bragança, em 1741 - veio para S. João d' El Rei em meados desta década de quarenta. Aqui não só escreveu as inscrições que pendiam do túmulo, mas também compôs um opúsculo sobre as exéquias solenes de D. João V, incluindo nele uma rara gravura do catafalco, gravada por Debie. Por esse facto veio a merecer honras de ser referido por Robert Smith no artigo que dedicou a este assunto<sup>33</sup>.

O facto de ter sido o autor deste opúsculo mostra que foi personalidade importante. Não é de admirar, portanto, que em 18 de Setembro de 1753 tenha arrematado o cargo de Tabelião da sua cidade pela quantia de 3.150\$000<sup>34</sup>. Uma referência que encontramos no livro já aqui referido de Sebastião Cintra vem confirmar este facto. Segundo este investigador Alvarenga foi o autor de uma petição, dirigida ao rei no dia 16 de Abril de 1754, para resolver o desagradável assunto que se vinha arrastando há mais de duas décadas do pedágio da ponte de Porto Real<sup>35</sup>.

Voltando a Sousa Calheiros restam-nos agora apenas mais três informações, uma delas bastante curiosa por mostrar a sua mobilidade dentro do espaço geográfico de Minas Gerais.

Vejá-mo-las:

De 1748 a 1751 acumulou ainda as funções de caixa do contrato das estradas. Este facto é bem conhecido e tem sido referido por diversos autores. Mas todos

---

<sup>31</sup> - Documento nº 7.

<sup>32</sup> - OLIVEIRA, 1995.

<sup>33</sup> - SMITH, Robert - *Os mausoléus de D. João V nas quatro partes do mundo*. "Revista da Faculdade de Letras", Lisboa, 2ª série, 1, 1955. Sep. (p. 32-35).

<sup>34</sup> - Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte) - Códice 102, fol. 60v-61v.

<sup>35</sup> - CINTRA, 1982, p. 178.

são unânimes a indicar a mesma fonte. O problema é que essa fonte está errada. Pesquisas que fizemos deram-nos a conhecer a fonte correcta<sup>36</sup>.

Neste documento pode ver-se, por exemplo, o *Principal da rematação do contrato das estradas rematado por Francisco Ferreira da Silva de que foi caixa António Pereira de Sousa Calheiros o triénio que teve princípio em 1 de Outubro de 1748 e findou no último de Setembro de 1751, por 92 arrobas no triénio que as oitavas fazem 376.832 / 8*<sup>37</sup>.

A actuação de Calheiros não parece ter sido a melhor pois o arrematante chegou a apresentar queixa de que o seu caixa lhe ficara com algum dinheiro:

*A Sua Magestade representou com a petição inclusa Francisco Ferreira da Silva que em cumprimento da Provisão de 10 de Janeiro de 1753 se fizera sequestro a António Pereira de Sousa Calheiros Administrador do contrato das Estradas de que o suplicante era contratador com o fundamento de podia ser devedor do excesso que tivesse recebido, a título de quintos, os quais deviam restituir na forma desta Provisão ...*<sup>38</sup>

Este documento permite-nos pôr a hipótese de que um pedido de autorização que formulou para ir ao reino nos inícios de 1754 - que apresentaremos a seguir - possa ter alguma relação com este caso, pois o despacho real só foi dado no dia 1 de Janeiro de 1755, conforme se pode ver neste mesmo documento<sup>39</sup>.

No princípio do ano de 1754 estava ainda em S. José. Era então sargento mor das Ordenanças. No dia 10 de Janeiro pediu autorização ao governador para vir a Portugal, ficando fora de Minas durante dois anos. Mas não queria perder o cargo que tinha:

*Diz António Pereira de Sousa Calheiros, sargento-mor das ordenanças da Vila de S. José e seu termo que necessita passar à Corte na presente frota a dependências que nela tem; e porque necessita de licença de V<sup>a</sup> S<sup>a</sup> para o fim de se lhe não dar baixa no dito posto, e poderá estar ausente dois anos ...*<sup>40</sup>

Mas o governador só lhe concedeu um ano. Não sabemos se efectivamente veio a Portugal.

É interessante notar que nesta data ainda parece poder assinalar-se a presença de Calheiros em Tiradentes, bem longe, portanto, de Ouro Preto e S. Pedro dos Clérigos, de Mariana.

Ora este facto levanta-nos um problema bem interessante:

Miriam Ribeiro, na sua tese de doutoramento<sup>41</sup>, informa-nos que S. Pedro dos Clérigos, de Mariana, foi iniciada em 1753<sup>42</sup> e o Rosário dos Pretos, de Ouro Preto, *quatro a cinco anos depois*.

A questão é esta: como se vê pelo seu pedido de vinda a Portugal em 1754 Calheiros parecia estar ainda em S. José do Rio das Mortes. Como é que pode ser

---

<sup>36</sup> - Documento nº 9, fol. 243-262.

<sup>37</sup> - Documento nº 9, fól. 247.

<sup>38</sup> - Documento nº 9, fol. 246.

<sup>39</sup> - Documento nº 9, p. 256.

<sup>40</sup> - Documento nº 8.

<sup>41</sup> - OLIVEIRA, 1989.

<sup>42</sup> - ... *a primeira foi iniciada em 1753 ...*, op. cit nota anterior, p. 53.

atribuída à sua pessoa o projecto de uma igreja, a de Mariana, situada a uma distância considerável da sua vila de residência? Seria uma pessoa com uma grande mobilidade? Ou será que era conhecido o seu (?) projecto da igreja das Mercês, de S. João d' El Rei, *feita pela figura do Panteão ou Rotunda de Roma ...* como já atrás referimos?

Miriam Ribeiro apoia-se para esta informação no *Dicionário ...* de Judite Martins onde se afirma que o terreno para a igreja estava terraplanado naquele ano, mas a construção da igreja *ainda estava por fazer em 1756*<sup>43</sup>.

Assim poderá então pôr-se outra questão: será que se procedeu ao nivelamento do terreno para uma igreja que ainda estava por projectar? Tal facto não é de todo anormal. Poderia perfeitamente acontecer que a direcção que então estava na Irmandade resolvê-se ir construindo a sua igreja conforme fosse sendo compatível com as suas verbas disponíveis. Veja-se que algo semelhante sucedia com os retábulos: entre a sua factura e o douramento havia sempre um espaço razoável de anos, pois ambos eram obras bastante dispendiosas.

Se esta hipótese aconteceu então já poderia ser mais fácil compreender o elemento tempo para a aceitação da autoria de Calheiros para esta igreja da cidade sede do bispado mineiro.

A última referência datada que conhecemos é o da atribuição de uma sesmaria no dia 2 de Setembro de 1760. Localizava-se na *última cabeceira do Ribeirão da Porteira, termo de Sabará*.

Infelizmente este documento nada mais nos dá do que o facto de Calheiros ter recebido uma sesmaria em Sabará. Pesquisas que fizemos no sentido de procurar entender o porquê desta atribuição e da localização esbarraram numa falta total de outras informações.

Em Sabará, onde conversamos longamente com a directora do Arquivo e Museu do Ouro, dr<sup>a</sup> Selma Miranda, não conseguimos, porém, encontrar resposta para a atribuição de uma sesmaria a Sousa Calheiros na área deste município.

Fica assim apenas um alerta para os investigadores locais para a hipótese de uma passagem de Calheiros por Sabará, facto até agora ainda não referenciado na bibliografia artística.

É possível que o conhecimento da atribuição da sesmaria possa ter um significado que vai um pouco além da simples propriedade das terras. Este facto poderá, sim, indicar uma mudança de local de residência de Sousa Calheiros, de S. José do Rio das Mortes para Sabará, ou alguma localidade próxima. Compreende-se melhor assim o facto de ter riscado os projectos das igrejas de Mariana e Ouro Preto, bem como um retábulo para esta última cidade.

Ficam assim apresentados novos dados sobre a vida de António Pereira de Sousa Calheiros. Porque as informações anteriores de que dispunhamos sobre a sua vida também eram poucas entedemos ser melhor entrelaçar as novas referências com as velhas, permitindo desta forma, pensamos, uma melhor compreensão da sua personalidade humana e artística.

Embora se possa escrever um pouco mais sobre as suas tão conhecidas igrejas do Rosário dos Pretos, de Ouro Preto e S. Pedro dos Clérigos, e de Mariana, pensamos que é muito mais importante avançar nas pesquisas arquivísticas para ver se podemos passar a dispôr de dados mais concretos sobre as suas construções.

---

<sup>43</sup> - MARTINS, 1974. (vol. 2, p. 205). Esta autora informa, porém, que recebeu a sua informação num artigo de Paulo Tedim Barreto que não conhecemos.

Acreditamos que poderão surgir boas surpresas nos arquivos de Sabará, Ouro Preto, Mariana e Belo Horizonte. Ou no do Rio de Janeiro. Ou em qualquer outro.

Da mesma forma admitimos que também poderão aparecer outras nomeações para cargos públicos. Reveste-se de particular interesse descobrir qual terá sido a sua vida em Sabará, Ouro Preto e Mariana, pois não dispomos de nenhuns dados sobre as suas actividades profissionais naquelas três cidades.

Essa foi uma das razões que nos levou a formular algumas questões muito ousadas ao longo deste texto.

A outra razão está no facto de não conseguirmos compreender porque é que todos os investigadores do barroco brasileiro o referem e ainda nenhum lhe dedicou um estudo, pequeno ou grande!

É que, tanto quanto sabemos, nenhum português, nas quatro partes do mundo, mostrou tanta ousadia e engenho na formulação de plantas de edifícios religiosos!

## APÊNDICE

### Documento nº 1

Treslado de carta e petição de Marceliano de Araújo, desta [cidade, da] rua de Sto André do Quinteiro.

**Data** - 2 de Junho de 1744.

**Leitura integral** - *Em nome de Deus. Diz Marceliano de Araújo, imaginário da rua de Sto André do Quinteiro desta cidade que, para certos requerimentos que tem, lhe é necessário mandar lançar a carta junta em uma nota desta cidade. Portanto pede a Vª Mercê seja servido mandar que qualquer tabelião lha lance na sua nota e receberá mercê. Como pede // Silveira // Senhor Marceliano de Araújo. Vila de S. José, 4 de Setembro de 1738. Recebi a de Vª Mercê, de 7 de Abril deste presente ano, que estimo muito pelas notícias que me dá da sua boa saúde, que o Senhor lhe conserve, pelos anos de seu desejo. Eu passo bem, Deus louvado, para o servir, com pronta vontade, no que lhe servir de gosto. Sem embargo que Vª Mercê na sua se não alarga muito, para quem escreve de tão longe. Contudo o fez na de Pedro Monteiro, que ele me mostrou; e eu fiz com lhe dar a minha para ver. Fico certo em Vª Mercê pegou na obra de retábulos, com imagens, neste mês de Agosto próximo. Enquanto respeita aos preços que na de Pedro Monteiro diz, não digo nada e o faço a Vª Mercê juiz em causa própria. Fará Vª Mercê o que entender em consciência, pois sei é homem dela. Na paga há-de Vª Mercê ser satisfeito sem prejuízo seu, com favor de Deus. O portador desta é um seu vizinho, João Vieira, que daqui vai. Leva algum dinheiro, mas não sei a quantia que há-de arrecadar na cidade do Rio de Janeiro; e quando não leve toda a quantia e lá se não cobre a legítima de Manuel Roiz que me pertence. E não desconfie Vª Mercê que, para a primeira frota que tornar, há-de ir tudo o que faltar. Falei a Pedro Monteiro tudo quanto Vª Mercê na sua me insinua. Me disse que a frota ia com brevidade, que se dizia não podia mandar nada. O apertei com ele que o havia fazer ir para o reino, em chegando aqui o visitador. Respondeu-me que não, ainda que o excomungasse, porquanto lá não tinha nada, que o enganaram os parentes da sua mulher. E que se lhe Vª Mercê alcançasse a escritura de doação que lhe mande o aviso, que ele logo ia muito depressa; e aliás viria para cá sua família. Que antes cá farto, que lá faminto. E me disse mais que se vier a dita escritura que, logo se não for, me havia de dar 400\$000, para remeter a sua família. E ele do que se estimou foi de lhes escreverem misérias da sua casa a um António Pereira Pereira (sic) Calheiros, filho de outro Calheiros de Braga, que há cinco para seis anos veio para aqui. Ele o trouxe do Rio de Janeiro, pelo amor de Deus. E hoje, como casou rico, se não trata com o dito Monteiro, por vergonha de saber-lhe como veio para esta terra. Espero que as imagens sejam coisa boa, principalmente os rostos, que as roupas ainda podem disfarçar-se algum defeito. São José e Nª Senhora da Piedade são para os altares colaterais, que se lhe hão-de acomodar, de sete palmos ou oito, nas meias laranjas, com seu retabolozinho, nicho e peanha, tudo à mesma proporção da grande. Leva o portador 100 oitavas de ouro que é o que à pressa deu lugar (sic) para se lhe dar a Vª Mercê o procedido delas e entregar ao rev. P Matias Pereira Soares ausente. A Vª Mercê que Deus guarde muitos anos. De Vª Mercê muito servo e venerador // José Álvares de Azevedo // Pedro Roiz, escrivão das apelações que veio para esta cidade de Braga dos bispados de Coimbra, Miranda e da comarca de Chaves. Por Sua Alteza o Sereníssimo*

*Senhor D. José Arcebispo e Primaz de Braga e Senhor das Espanhas, etc. Que eu reconheço a letra e sinal ao pé deles ser de José Álvares de Azevedo, sargento mor da ordenança na comarca de Rio das Mortes, por comparação de muitas que dele tenho visto e de uma procuração que me terá feito. E ao padre Matias Pereira Soares e João Carneiro, mercador desta cidade e a José Simões, ourives da mesma cidade. E em fé de verdade a reconheço pela razão dada. Braga 20 de Maio de 1744 anos. Pedro Rodrigues. E não se continha mais em a dita petição e carta e reconhecimento que aqui tresladei bem e fielmente, sem coisa que dúvida faça; e em fé dela me assino. Braga, hoje, 2 de Junho de 1744. E eu João Martins de Azevedo, tabelião que o escrevi e assinei com ele dito Marceliano de Araújo.*

*Marceliano de Araújo  
João Martins de Azevedo*

ADB. Tabelião Público de Braga 2ª série, vol. 106, p 166-166v.  
Publicado em OLIVEIRA, 1995.

## Documento nº 2

Entrada e pagamentos de António Pereira de Sousa Calheiros na Irmandade do Santíssimo Sacramento de S. José do Rio das Mortes, actual Tiradentes.

fol 55v

*Em 23 de Junho de 1736 entrou por irmão desta Irmandade o Doutor António Pereira de Sousa Calheiros e prometeu guardar o compromisso dela de que assinou este termo que eu Manuel da Rosa Coutinho escrivão da dita Irmandade fiz*

*António Pereira de Sousa Calheiros*

fol 56

*O Licenciado Irmão em frente há-de haver de sua entrada que se carrega ao tesoureiro fólho 3v.*

*38 Pagou a sua esmola de Tesoureiro do ano de 1738 se lhe carregaram na sua receita a fólhos 8v 33 1/2*

*39 Pagou a esmola da mesa de 1739, que se carrega ao Tesoureiro 16 3/4*

*40 Pagou a esmola de escrivão que faz por sua devoção no ano de 1740 que se carrega ao Tesoureiro em nossa receita a fólho 24 66 3/4*

*41 Pagou a esmola da praxe sua que se carregou ao Tesoureiro a fólho 31 133 1/4*

*42 Pagou o anual de 1742 que se carregou a fólho não pagou deve*

Arquivo da Matriz de Tiradentes - Livro nº 2 de entrada de Irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila de S. José, fol 55v-56.

### Documento nº 3

Compra de ornamentos para a Irmandade do Santíssimo Sacramento, de S. José do Rio das Mortes, actual Tiradentes<sup>44</sup>.

fol 6v

*Saída que dá o Tesoureiro Custódio Pereira da Costa da receita que fez a fol. 65 da quantia de 188/8 de ouro aliás eu Provedor que recebi as ditas /8ª da mão do dito.*

*Por um ornamento que se mandou fazer de Damasco roxo com franjão e galões de ouro o qual se compõe de um frontal, dois panos de púlpitos, duas dalmáticas, uma capa de asperges e as mais miudezas pertencentes o seguinte:*

<i>Por 75 côvados de Damasco a 1\$920 reis</i>	144\$000
<i>Por 43 côvados de Tafetá a \$400 reis</i>	18\$000
<i>Por 13 varas de franja de ouro</i>	135\$520
<i>Por 6 varas ditas</i>	52\$160
<i>Por 64 varas de galão</i>	63\$292
<i>Por 26 ditas</i>	29\$690
<i>Por duas varas de linhagem e 2 de enserado</i>	\$640
<i>[Total]</i>	443\$302

<i>Por feitio do dito ornamento</i>	48\$800
-------------------------------------	---------

<i>Por argolas de prata para a capa de asperges</i>	3\$75
---	-------

<i>A qual quantia reduzida ??? emporte</i>	33-8/2 3
--	----------

<i>Receberam-se</i>	188 4
---------------------	-------

<i>resta à fábrica</i>	142 7
------------------------	-------

*Pagou a fábrica mais dezasseis oitavas*

*Mais que a Irmandade devia ao sacristão e este recebeu da fábrica*

16

<i>Resta à Fábrica a Irmandade</i>	126 47
------------------------------------	--------

*António Pereira de Sousa Calheiros*

*Luís Barbosa Brandão*

fol 7

*Pelo que pagou ao Dr. António Pereira como Provedor para o ornamento como se mostra da conta dada por ele em frente 16/8ª*

fol 58v [entre Jul. de 1735 e 4 Nov. 1736]

*Pelo enterro de António Mina, escravo do Dr. António Pereira de Sousa Calheiros \$750*

fol 101v [3 Set 1752-20 Jan 1753]

*Do Dr. António Pereira, no adro 1/2.*

---

<sup>44</sup> - Este documento, que reproduzimos em estampa, foi integralmente escrito pela mão de António Pereira de Sousa Calheiros, que o assina.



Arquivo da Matriz de Tiradentes - *Fábrica da matriz. Inventário dos bens da Matriz cada ano. Receita e Despesa da Fábrica 1738-1804*, fol 6v, 7, 58v, 101v.

#### Documento nº 4

António Pereira de Sousa Calheiros pede autorização para regressar a Portugal.

*Exmo Senhor:*

*Diz António Pereira de Sousa Calheiros, bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones e morador na comarca do Rio das Mortes, que ele suplicante se quer ausentar para o Reino onde quer despachar-se e servir a El Rei, pelas Letras, para assim de mais perto assistir a cinco irmãs donzelas que tem e a seu Pai e Mãe já em idade provecta e porque se acha casado nestas Minas e para se retirar lhe é preciso levar em sua companhia sua mulher e filhas e uma criada que as serve o que repugna às ordens de Vossa Magestade e para haver licença do dito Senhor carece de informação de V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> portanto*

*Pede a V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> lhe faça mercê certificando do referido e de que o suplicante não tem nestes estados via para seguir as letras que estudou, para sustento e aumento seu e de seus filhos e de carência de seus Pais e Irmãs, informar com a piedade costumada*

[Novo fólio]

*Pela petição inclusa pede a Vossa Magestade António Pereira de Sousa Calheiros, bacharel, formado em Cânones, natural da cidade de Braga, e de presente morador na vila de S. José da Comarca do Rio das Mortes, licença para passar com sua mulher e família para esse Reino. Informando-me de que expõe em sua petição, achei ser verdade tudo o que nela relata; e como a mercê que pede é fundada em justas causas, não acho inconveniente para que Vossa Magestade (sendo servido) deixe de lhe deferir com a recta justiça que costuma. À Real pessoa de Vossa Magestade que Deus guarde muitos anos. Vila Rica, 29 de Dezembro de 1738.*

*Gomes Freire de Andrade.*

*[À margem - Haja visto o parecer da Ordem? Lisboa Ocidental, 25 de Maio de 1739. (Assinatura ilegível)]*

*Como parece que ainda que as causas que o suplicante alega não parece muito justas porém ??? na Real presença de Vossa Magestade este requerimento Vossa Senhoria, sendo servido, lhe defira. Lisboa Ocidental 26 de Julho de 1739 (Assinatura ilegível)]*

[Novo fólio]

*Senhor*

*António Pereira de Sousa Calheiros Bacharel formado na faculdade dos Sagrados Cânones, casado, e morador na comarca do Rio das Mortes, fez petição a Vossa Magestade em que diz que por desejar despachar-se e servir a Vossa Magestade nos lugares de Letras quer passar a esta Côrte, e para juntamente assistir de mais perto a cinco irmãs donzelas que tem e a seu Pai e Mãe, que se acham já provectos; e porque para haver de se ausentar lhe é preciso trazer a sua mulher e filhas e uma criada que as serve e o não pode fazer por lho impedir a Lei sem licença de Vossa Magestade*

*Pede a Vossa Magestade lhe faça mercê conceder-lhe licença para poder embarcar-se com a dita sua família para esse Reino*

*E apresentando o suplicante o dito requerimento a Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão General do Rio de Janeiro com o governo das Minas Gerais, para*

*informar sobre ele na forma da resolução de Vossa Magestade satisfez em carta de 29 de Dezembro do ano passado dizendo que pela sobredita petição pede a Vossa Magestade António Pereira de Sousa Calheiros, Bacharel formado em Cânones, natural da cidade de Braga, e de presente na Vila de São José do Rio das Mortes, licença para passar com sua mulher e família para esse Reino; e que como a mercê que pede é fundada em justas causas não achava inconveniente para que Vossa Magestade, sendo servido, deixe de lhe referir com a recta justiça que costuma.*

*E dando-lhe vista o Procurador da Coroa respondeu se fizesse justiça*

*Ao Conselho parece que ainda que as causas que o suplicante alega não parecem muito justas, contudo põe o Conselho na Real presença de Vossa Magestade este requerimento para que sendo servdo lhe defira. Lisboa Ocidental, 26 de Julho de 1739*

*[Seguem-se várias assinaturas]*

*[Novo fólio]*

*Ao Bacharel António Pereira de Sousa Calheiros se há-de passar Provisão de Licença para vir da capitania das Minas para este Reino com sua mulher, filhas e uma criada e para pagar o novo direito que dever se lhe deu este bilhete. Lisboa Ocidental, 30 de Outubro de 1739*

*Manuel Caetano Lopes de Carvalho?*

*Nº 47. 2\$700. A fol. 209 do livro 3 da receita dos novos direitos ficam carregados ao Tesoureiro deles 2\$700. Lisboa Ocidental, 3 de Novembro de 1739. E declaro que este pagamento é por cinco pessoas.*

*[Seguem-se duas assinaturas]*

*A fol. 104 do livro 3º do Registo Geral do novo direito fica registado o conhecimento acima. Lisboa Ocidental, 3 de Novembro de 1739.*

*Sousa.*

Arquivo Histórico Ultramarino. Minas Gerais, Caixa 14 (1733-1807).

Publicado o seu sumário em MENESES, 1975, p. 150, doc. 39.

## Documento nº 5

Registo de uma carta que os oficiais da câmara desta vila escrevem para Lisboa ao Dr. António Pereira de Sousa Calheiros.

*Fomos informados pelo capitão Pedro Teixeira de Carvalho que Vossa Magestade não duvidava entrar no requerimento de ficarem livres as passagens do Rio das Mortes e Elvas e cessar o contrato de Sua Magestade dando-lhe por ambas estas vilas o prémio de 2.000 cruzados de cuja conta se acha já nessa corte 380\$000. Agradecemos a Vossa Magestade o zelo com que se ocupar em requerimento tão útil ao bem público de que há-de ter de Deus um grande pagamento e certamente o dos ditos 2.000 cruzados que Vossa Magestade quer aceitar para o que elegemos logo por caixa do que voluntariamente forem dando os moradores o sargento mor Manuel Martins de Melo o qual se obriga de per si como dívida sua sem embargo de ficar por caixa como acima se diz quer sem prefazer da sua fazenda certo o dito estipêndio seguido que seja o dito requerimento. E para Vossa Magestade ficar certo nesta evidência acima o mesmo esta carta o mesmo esta carta junto connosco em que desde já per si se obriga à dita quantia caso que haja falência em o povo ir dando o que se tem prometido e particularmente para bem de Vossa Magestade este pagamento na metade que toca a esta na vila conseguindo-se assim do dito requerimento de cuja segurança não duvidava o dito capitão Pedro Teixeira a quem Vossa Magestade houve por recomendada esta diligência e além disso esperamos mais agradecer a Vossa Magestade o despacho assim como o trabalho acerca das mais petições que remetemos em nome desta câmara e da vila de S. José e todos os requerimentos que alcançar remeta a qualquer seu procurador que prontamente se há-de satisfazer pela sua conta não se entregando sem que realmente seja Vossa Magestade satisfeito. Deus guarde a Vossa Magestade com feliz saúde em muitos anos. Vila de S. João d' El Rei em câmara, 30 de Setembro 1747 anos. Manuel Esteves da Cruz, António Teixeira da Costa, José de Mendonça de Sá, e Pedro Gonçalves Chaves, Pedro Teixeira, Bernardo Rodrigues Dantas, Silvestre da Fonseca, Pedro Bernardes Paulino. E não se continha mais em as ditas artes que os oficiais da câmara desta vila e os de S. José enviaram para Lisboa ao Dr. António Pereira de Sousa Calheiros o qual a quis registar por mandado dos ditos oficiais da câmara de S. João d' El Rei aos 16 dias do mês de Outubro de 1747 e eu Joaquim José da Silveira escrivão da câmara o escrevi e assinei Joaquim José da Silveira.*

Biblioteca Municipal de S. João d' El Rei / Arquivo de S. João d' El Rei - *Registo de Ordens Régias e Cartas de Governadores 1744 a 1752, fol. 84v-85v [Livro nº 142].*

## Documento nº 6

Registo de uma ordem que os oficiais desta câmara mandaram este ano ao Dr. António Pereira de Sousa Calheiros e juntamente os oficiais da câmara de S. José.

*Os juizes, vereadores e procuradores que servimos por eleição nas câmaras de S. João d' El Rei e S. José, comarca do Rio das Mortes, este presente ano de 1747; ordenaram nossos antecessores no ano de 1736 remeter por mão do procurador Pedro Nunes dos Santos 400\$000 ao nosso Procurador da cidade de Lisboa Domingos da Silva Pereira, para tratar dos requerimentos da ponte e liberdade da passagem do Rio das Mortes que se acha entre estas duas vilas em cujo requerimento fez a despesa de 20\$500 e ficaram líquidos que passaram por segunda ordem para a mão de Bartolomeu Gonçalves Lima 371\$500 que como nosso procurador tomara conta da dita quantia de que mandou recibos que nos foram apresentados e registados nos livros das ditas câmaras e seus moradores e ordenamos ao dito Bartolomeu Gonçalves Lima entregue às nossas ordens a dita quantia ao Dr. António Pereira de Sousa Calheiros ausente, ao dr. Miguel Alves Carvalho, José de Afonseca Pereira, nossos procuradores bastantes na cidade de Lisboa que com recibo de qualquer dos ditos nas costas desta nossa ordem e damos por desobrigado a Pedro Nunes dos Santos e Domingos Silva Pereira por todos terem tido este dinheiro em seu poder e a nenhum tempo, nem nós, nem nossos sucessores lhes poderão pedir mais coisa alguma todos os danos de hoje para sempre por desobrigados e ainda dos livros que servem nestas câmaras caso haja neles alguma clareza (?) e nos obrigamos de assim o cumprir e guardar e cada um per si e um por todos. E por verdade mandamos passar duas de um teor subscritas pelo nosso escrivão e com ele por nós assinada e selada com os selos das armas reais que servem neste senado. Em Câmara aos 30 de Setembro de 1747. E eu Joaquim José da Silveira escrivão da Câmara o subscrevi. Lugar do selo. Manuel Esteves da Cruz, António Teixeira da Costa, José de Mendonça de Sá, e Pedro Gonçalves Chaves, Pedro Teixeira, Bernardo Rodrigues Dantas, Silvestre da Fonseca, Pedro Bernardes Paulino. E não se continha mais na dita ordem que os oficiais da câmara desta vila e os de S. José mandaram ao dr. António Pereira de Sousa Calheiros o qual aqui registei por mandado dos ditos oficiais da câmara desta vila de S. João d' El Rei aos 16 dias do mês de Outubro de 1747 anos, e eu Joaquim José da Silveira escrivão da Câmara o escrevi e assinei*

*Joaquim José da Silveira*

Biblioteca Municipal de S. João d' El Rei / Arquivo de S. João d' El Rei - *Registo de Ordens Régias e Cartas de Governadores 1744 a 1752*, fol. 86-87 [Livro nº 142].

## Documento nº 7

Provisão de serventia do ofício de escrivão da Câmara e Almotaçaria da vila de S. José desta comarca, por três anos, a António Pereira de Sousa Calheiros.

*Hei por bem fazer mercê a António Pereira de Sousa Calheiros da serventia do ofício de Escrivão da Câmara da Almotaçaria da Vila de S. José, comarca do Rio das Mortes, por tempo de três anos e em seu impedimento poderá nomear pessoa que sirva o dito ofício nos referidos anos. O Conselho Ultramarino o tenha assim entendido e lhe mande passar os despachos necessários; constando-lhe haver feito primeiro entrega ao Tesoureiro da Consignação Real de 1.610\$000 que oferece de Donativo para a minha Real Fazenda. E no provimento que se lhe passar se declarará que há-de pagar as terças partes na forma das ordens que há para este efeito. Lisboa, a 2 de Julho de 1748.*

[Novo fólio]

*A António Pereira de Sousa Calheiros se há-de passar provimento para servir por tempo de três anos o ofício de Escrivão e Almotaçaria da Vila de São José, comarca do Rio das Mortes, e com faculdade de nomear em seu impedimento pessoa que sirva o mesmo ofício e para pagar o novo direito que dever se lhe deu este bilhete. Lisboa, 18 de Julho de 1748*

*Manuel Caetano Lopes de Carvalho?*

*A fol. 326 do Livro 3º dos novos direitos ficam carregados ao Tesoureiro deles 112\$500, mais \$540 da faculdade acima de que passei segunda certidão por equívocação da primeira acima. Lisboa, 20 de Julho de 1748*  
*Teodoro da Silva das ???*

*A fol 197 do Livro 3º do novo direito fica registado o consentimento acima. Lisboa, 20 de Julho de 1748.*  
*Sousa.*

[Novo fólio]

*A fol 122 do Livro da Receita lhe ficam carregados ao Tesoureiro dela Pedro Florêncio Barbosa de Almada 1.610\$000 que recebeu de António Pereira de Sousa Calheiros de donativo pela serventia do ofício de escrivão da Câmara e Almotaçaria da Vila de São José do Rio das Mortes por tempo de três anos de que Sua Magestade lhe fez mercê por Decreto de Sua Magestade de 2 do presente e para constar da entrega passei da dita receita este conhecimento em forma que o dito Tesoureiro assinou comigo Escrivão do Tesouro. Lisboa 15 de Julho de 1748.*

*Alexandre Feliciano de Sá e Costa*

*Pedro Florêncio Barbosa de Almada*

Arquivo Histórico Ultramarino. Minas Gerais. Caixa 21 (1739-1798).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Livro 116, fol 344.

Publicado o seu sumário em MENESES, 1975, p. 152, doc. 45.

## Documento nº 8

Registo de uma procuração de licença do sargento-mor António Pereira de Sousa Calheiros.

*Ilmo Senhor. Diz António Pereira de Sousa Calheiros, sargento-mor das ordenanças da Vila de S. José e seu termo que necessita passar à Corte na presente frota a dependências que nela tem; e porque necessita de licença de V<sup>a</sup> S<sup>a</sup> para o fim de se lhe não dar baixa no dito posto, e poderá estar ausente dois anos // Pede a V<sup>a</sup> S<sup>a</sup> lhe faça mercê conceder a dita licença, e que se registre na secretaria do Governo das Minas para constar. // E receberá mercê // Despacho // Concedo ao Suplicante um ano de licença. R<sup>o</sup> a 10 de Janeiro de 1754 // Com a rúbrica do Governador.*

Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte) - Códice SC 107, fol. 91.

## Documento nº 9

*A Sua Magestade representou com a petição inclusa Francisco Ferreira da Silva que em cumprimento da Provisão de 10 de Janeiro de 1753 se fizera sequestro a António Pereira de Sousa Calheiros Admnistrador do Contrato das Estradas de que o suplicante era contratador com o fundamento de podia ser devedor do excesso que tivesse recebido, a título de quintos, os quais deviam restituir na forma desta Provisão // No mesmo requerimento se queixa também de que tendo corrido o seu contrato somente dois meses, depois de extinta a capitação se requereu fiança e sequestro pelo que respeitava aos dez meses anteriores ao princípio do novo método de cobrança dos quintose que visto se excedera conhecidamente ao que a dita Provisão determinava.*

*Foi Sua Magestade servido mandar ver o sobredito requerimento e examinar este negócio e conformando-se com os pareceres que lhe foram presentes é servido ordenar que fazendo nova obrigação os fiadores do contrato a reporem todo o excesso que por averiguação legítima constar se deve, pelo que demais se cobrou nas entradas deste contrato na forma da referida Provisão, e extendendo-se a este caso a sua fiança pelo que respeita o fazer-se a conta aos dez meses anteriores ao novo estabelecimento da cobrança dos quintos ordena o mesmo Senhor que Vossa Mercê informe com seu parecer para esta Secretária de Estado, ouvido por escrito pelo Provedor da Fazenda das Minas e o Tesoureiro o que participo a Vossa Mercê para que assim o execute. Deus guarde a Vossa mercê, Lisboa, o primeiro de Janeiro de 1755 // Diogo de Mendonça Corte Real // Senhor José António Freire de Andrade ...*

*fol 247*

*Principal da rematação do Contrato das Entradas rematado por Francisco Ferreira da Silva de que foi caixa António Pereira de Sousa Calheiros, o triénio que teve princípio em o primeiro de Outubro de 1748, e findou no último de Setembro de 1751 por 92 arrobas no triénio que oitavas fazem 376.832/8*

*toca cada um ano 125.610/8*

.....  
*fol 262*

*Constantino da Costa Leite, escrivão da Fazenda Real, Contos e Matrícula da Gente de Guerra em estas Minas Gerais e sua capitania por Sua Magestade que Deus guarde etc. Certifico e ponho fé que revendo o Livro de Receitas dos Contratos Reais que serviu como Tesoureiro que foi desta Provedoria André Teixeira da Costa nele a folhas 73v consta que o último pagamento que fez o Doutor António Pereira de Sousa Calheiros, como Caixa Admnistrador geral das Entradas no triénio que teve princípio em o primeiro de Outubro de 1748 e findou no último de Setembro de 1751, antes de se abolir a capitação, foi em 27 de Abril de 1751 da quantia de 50.257/8 e 4 grãos de ouro que se carregaram em receita no referido livro ao dito Tesouero e do mesmo livro a folhas 74v consta fazer o dito Calheiros depois dos ditos pagamentos seguintes: em 23 de Dezembro de 1751 satisfiz 16.384/8 de ouro, em 9 de Maio de 1752 49.15/8 de ouro, em 12 de Maio do mesmo ano 40.960/8, em 9 de Agosto do dito ano 20.860/8 e 23 grãos de ouro que todas as referidas parcelas se carregaram em receita ao dito Tesoureiro. Passa o referido na verdade e consta do dito livro de receitas a que me reporto donde fiz passar a presente por mandado vocal do Doutor Provedor da Fazenda Real Domingos Pinheiro, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo. Vila Rica, 16 de Junho de 1757 anos Constantino da Costa Leite, escrivão da Fazenda Real que a fiz escrever e assino*



*Constantino da Costa Leite*

Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte) - Códice SC 109, fol. 246-247, 262.

## Documento nº 10

[Registo de atribuição de uma sesmaria ao Dr. António Pereira de Sousa Calheiros.]

*José António Freire de Andrade, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Coronel de Cavalaria e Governador interino desta Capitania de Minas Gerais, Vx<sup>a</sup>. Faço saber que esta minha carta e sesmaria virem que tendo respeito a me representar para sua pm (?) o Dr. António Pereira de Sousa Calheiros Administrador Geral do contrato findo das entradas desta Capitania, que na excepção que fizera a Tomé Morais Barbosa por dívida que devia ao mesmo contrato lhe rematara o suplicante umas terras de matos e capoeiras que o executado possuía na última cabeceira do Ribeirão chamado da Porteira, termo de Vila Real de Sabará as quais partiam de uma banda com pastos do defunto sargento-mor Paulo de Araújo e de outra com Manuel Luís da Cunha, e com quem mais diretamente houvesse de partes e confrontar; e porque o mesmo suplicante queria possuir as ditas terras, matos e capoeiras com verdadeiros títulos me pedia lhe mandasse na dita passagem passar carta de primazia de meia légua de terra em quadra, e que esta fizesse pião onde mais conveniente fosse na forma das ordens da Magestade ao que atendendo eu e ao que responderam os oficiais da Câmara de Vila Real de Sabará e o Desembargador Provisor da Fazenda Real e Procurador da Coroa e fazenda desta Capitania / a quem ouvi / de se lhe não oferecer dúvida na concessão desta sesmaria visto ter o suplicante justificado por testemunhas na forma da ordem do dito Senhor, não ter outra sesmaria nem pretender esta para alguma outra pessoa e também por não encontrarem inconveniente que a proibisse pela faculdade que Sua Magestade me permite nas suas Reais ordens e ultimamente na de 13 de Abril de 1738 para conceder sesmarias das terras desta Capitania aos moradores dela que mas pedirem. Hei por bem fazer mercê / como para esta faço / de conceder em nome de Sua Magestade ao Dr. António Pereira de Sousa Calheiros como administrador geral do contrato findo das entradas desta capitania para sesmaria meia légua de terra em quadra sem interpolação de outras ainda que sejam inúteis na referida paragem dentro das confrontações acima mencionadas fazendo pião aonde pertencer; com declaração porém que será obrigado dentro de um ano, que se contará da data desta a demarcá-la judicialmente sendo para esse efeito notificados os vizinhos com quem partir para alegarem o que for a bem da sua justiça, e ele o será também a povoar e cultivar a dita meia légua de terra, ou parte dela dentro de dois anos, a qual não compreenderá as margens de algum rio navegável; porque neste caso ficará de uma e outra banda dele a terra que baste para o uso público dos passageiros e de uma das bandas junto à passagem do mesmo rio se deixará livre meia légua de terra em quadra para comodidade pública, e de quem arrendar a dita passagem que determina a nova ordem do dito Senhor, de 11 de Março de 1754, reservando os sítios dos vizinhos com quem partir a referida meia légua de terra desta sesmaria, suas vertentes, e logradouros, sem que eles com este pretexto se queiram apropriar de demasiadas em prejuizo desta mercê que faço ao suplicante o qual não impedirá a repartição dos descobrimentos das terras minerais que no tal sítio hajam ou possam haver, nem os caminhos; e serventias públicas que nele houver e pelo tempo adiante pareça conveniente abrir para melhor utilidade do bem comum; e possuirá a dita meia légua de terra em condição de nela não se sucederem religiões por tempo algum, e acontecendo possuí-las, será com encargo de pagarem dela díizimos conquanto seculares; e será outrossim obrigado a mandar requerer a Sua Magestade pelo seu Conselho Ultramarino a confirmação desta carta de sesmaria dentro em quatro anos que correrão da data desta a qual lhe concedo salvo o direito régio, e prejuizo de terceiro, e*

*faltando ao referido não terá vigor e se julgarão por devoluta a dita meia légua de terra dando-se a quem a denunciar, tudo na forma das ordens do dito Senhor. Pelo que mando ao Ministro a quem tocar dê posse ao suplicante da referida meia légua de terra em quadra, feito a primeiro demarcação e notificação como nestas ordens de que se fará termo no livro a que pertencer, e assento nas costas deste para a todo o tempo constar o referido. E para firmeza de tudo isto lhe mandei passar esta Carta de Sesmaria para duas vias, por mim assinada e selada com o selo de minhas armas, que se cumprirá inteiramente como nela se contém registrando-se nos livros da secretaria deste Governo, e onde mais tocar. Dada em Vila Rica de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Pilar do Ouro Preto a 2 de Setembro, ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1760 // Manuel Francisco da Costa / e Barros que sirvo de secretário deste Governo a fiz escrever // José António Freire de Andrade.*

Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte) - Livro de Registo de Sesmarias 1760-1764 (SC 129), fol. 52-53.

## Documento nº 11

*Pelos anos de 1715 ou 1719 foi proibido o uso do cinzel para se não delapidarem os quintos de Sua Magestade, e por ordem régia de 20 de Agosto de 1738 se empregou o escopro de Alexandre Alves Moreira e seu sócio na cantaria do palácio do governo, alinhado toscamente pelo engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim com bauartes, guaritas, calabouço, saguão e outras prevenções militares. Nesta casa forte e hospital de misericórdia, ideada por Manuel Francisco Lisboa com ar jónico, continuou este grande mestre as suas lições práticas de arquitectura que interessaram a muita gente. Quanto, porém, excedeu a todos no desenho o mais doce e mimoso João Gomes Batista, abridor da fundição, que se educou na Côte com o nosso imortal Vieira; tanto promoveu a cantaria José Ferreira dos Santos na igreja do Rosário dos Pretos de Mariana, por ele riscada; **e nas igrejas de S. Pedro dos Clérigos e Rosário de Ouro Preto delineadas por António Pereira de Sousa Calheiros ao gosto da rotunda de Roma.** Com este José Pereira se ilustraram outro José Pereira Arouca, continuador do seu desenho e obra da Ordem Terceira desta cidade, cuja esbelta cadeia se deve à sua direcção, e Francisco de Lima, hábil artista de outra igreja franciscana do Rio das Mortes. O aumento da arte se afigura de sorte qua a matriz de Caeté, feita por António Gonçalves Barcarena, debaixo do risco do sobredito Lisboa, cede nas decorações e medidas à matriz de Morro Grande, delineada por seu filho António Francisco Lisboa, quanto este homem se excede mesmo no desenho da indicada igreja do Rio das Mortes, em que se reúnem as maiores esperanças.*

.....  
*Jerónimo Felix e Filipe Vieira, émulos de Noronha e Xavier, **excederam na exaço do retábulo principal da matriz da mesma vila [Ouro Preto] o confuso desenho do doutor António de Sousa Calheiros;** Francisco Vieira Selval e Manuel Gomes, louvados da obra, pouco diferem de Luís Pinheiro e António Martins, que hão feito as talhas e imagens dos novos templos.*

BRETAS, 1951, p. 30, 31. [Publicado inicialmente no *Correio Oficial de Minas*, nº 169 e 170].

# BIBLIOGRAFIA

## Manuscritos

### BRASIL

Arquivo da Igreja Matriz de Tiradentes:

*Fábrica da matriz. Inventário dos bens da Matriz cada ano. Receita e Despesa da Fábrica 1738-1804.*

*Livro nº 2 de entrada dos irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da vila de S. José. 1729-1741.*

*Livro de controle de sepultamento à Fábrica da Matriz com referência ao registo do Livro de Óbito. 1739-1755. (Fragmento).*

Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte):

Códice SC 107

Códice SC 109

Códice SC 110

Códice SC 129 (*Livro de Registo de Sesmarias 1760-1764*)

Biblioteca Municipal de S. João d' El Rei / Arquivo de S. João d' El Rei:

[Livro nº 142] *Registo de Ordens Régias e Cartas de Governadores 1744 a 1752.*

[Livro nº 217] *Promessas que cada um dos moradores desta vila e termo prometem por sua vontade. Para o resgate da ponte pública sobre o Rio das Mortes [1736-1751].*

### PORTUGAL

Arquivo Distrital de Braga.

Tabelião Público de Braga, 2ª série, vol. 106.

Arquivo Histórico Ultramarino

Minas Gerais, Caixa 14 (1733-1807)

Minas Gerais, Caixa 21 (1739-1798)

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

*Chancelaria de D. João V. Livro 116, fol. 344.*

## Impressos

ÁVILA, 1984 - ÁVILA, Afonso - *Iniciação ao barroco mineiro*. São Paulo, Nobel, 1984.

BAZIN, 1956 - BAZIN, Germain - *L'architecture religieuse baroque au Brésil*. 2 vols. São Paulo-Paris, Museu de Arte-Liv. Plon, 1956.

BOTTINEAU, s/d - BOTTINEAU, Yves - *Iberian-american baroque*. S/I; Benedict Taschen, s/d.

BRETAS, 1951 - BRETAS, Rodrigo José Ferreira - *Traços biográficos relativos ao finado Antônio Francisco Lisboa, mais conhecido pelo apelido de Aleijadinho*. In: Antonio Francisco Lisboa. O Aleijadinho. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Saúde, 1951, p. 23-35. (Publicações da Directoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 15).

BURY, 1991 - BURY, Jonh - *Arquitectura e arte no Brasil colonial*. São Paulo, Nobel, 1991.

CARRATO, 1971 - CARRATO, José Ferreira - *Uma casa portuguesa com horta e jardim, nas Minas Gerais do século XVIII*. "Revista de Guimarães", Guimarães, 81, 1971. Sep.

CINTRA, 1982 - CINTRA, Sebastião de Oliveira - *Efemérides de S. João d'El Rei*. 2ª ed., vol. 1, Belo Horizonte, Imp. Oficial, 1982

FONTES, 1977, FONTES, Lucy Gonçalves - *Relação das colecções de documentos dos séculos XVII e XIX existente na cidade de Tiradentes*. "Revista da Escola de Biblioteconomia. UFMG", Belo Horizonte, 6 (1), Mar 1977, p. 67-77.

FONTES, 1987, FONTES, Lucy Gonçalves; FIUZA, Marysia Malheiros - *Relação dos códices do arquivo da Câmara Municipal de S. João d'El Rei (séc. XVIII-XIX)*. "Revista do Departamento de História. UFMG", Belo Horizonte, Dez. 1987, p. 101-147.

GONÇALVES, 1983 - GONÇALVES, Flávio - *Mestres pedreiros gaienses que trabalharam no século XVIII, na Torre de Garcia d' Ávila*. "Gaya", Vila Nova de Gaia, 2, 1984, p. 259-271.

MARTINS, 1974 - MARTINS, Judith - *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. 2 vols. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura, 1974. (Publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 27).

MAURO, 1991 - MAURO, Frédéric - *O Império Luso-Brasileiro. 1620-1750*. Lisboa, Estampa ed., 1991. (Nova História da Expansão Portuguesa, 7).

MENESES, 1975 - MENESES, Ivo Porto de - *Documentação referente a Minas Gerais existente nos arquivos portugueses*. "Revista do Arquivo Público Mineiro", Belo Horizonte, 26, 1975, p. 121-303.

MOURÃO, 1986 - MOURÃO, Paulo Kruger Correia - *As igrejas setecentistas de Minas*. Belo Horizonte, Liv Itatiaia, 1986.

NEGRO, 1961 - NEGRO, Carlos del - *Escultura Ornamental Barroca do Brasil. Portadas de igrejas de Minas Gerais*. vol. 1. Belo Horizonte, Edições Arquitectura / UFMG, 1961.

OLIVEIRA, 1993 - OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *Estudos sobre o século XVIII em Braga. História e Arte*. Braga, APPACDM, 1993.

OLIVEIRA, 1995 - OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *"Brasileiros" e bracarenses na construção da arte do século XVIII bracarense e "brasileira"*. In: Actas do III Colóquio Luso-Brasileiro de História de Arte, Évora, Universidade de Évora, 1995 (no prelo).

OLIVEIRA, 1989 - OLIVEIRA, Miriam Ribeiro de - *Minas Gerais e o rococó. Arquitectura e talha*. Lovaina, 1989 (mimeografado).

OLIVEIRA, 1994 - OLIVEIRA, Miriam Ribeiro de - *Barroco e Rococó na arquitectura colonial mineira*. "Revista do IAC. Instituto de Artes e Cultura. Universidade Federal de Ouro Preto". Ouro Preto, 1, Dez. 1994, p. 13-19.

SANTOS, 1994 (1) - SANTOS, Eugénio dos - *Relações da cidade e região do Porto com o Rio de Janeiro e Minas Gerais no século XVIII*. In: Anais do I Colóquio de Estudos Históricos Brasil-Portugal. Belo Horizonte, Universidade Católica, 1994, p. 147-160.

SANTOS, 1994 - SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos - *A talha joanina da igreja matriz de Tiradentes (Brasil). Autoria e modelos portugueses*. "Minia", Braga, 3ª série, 1993, p. 117-139, il.

SILVA, 1986 - SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.) - *O Império Luso-Brasileiro. 1750-1822*. Lisboa, Estampa ed., 1986. (Nova História da Expansão Portuguesa, 8).

SMITH, 1955 - SMITH, Robert - *Os mausoléus de D. João V nas quatro partes do mundo*. "Revista da Faculdade de Letras", Lisboa, 2ª série, 1, 1955. Sep.

SMITH, 1970 - SMITH, Robert C. - *Marceliano de Araújo, escultor bracarense*. Porto, Nelita editora, 1970.

SOARES, 1993 - SOARES, Ivone da Paz - *Pedro Pintor*. "Minia", Braga, 3ª série, 1, 1993, p. 141-151.

TAUNAY, 1981 - TAUNAY, Afonso de E. - *Relatos sertanistas*. S. Paulo, Itatiaia Ed., 1981.

VIEGAS, 1969 - VIEGAS, Augusto - *Notícia de S. João d' El Rei*, 3ª ed, Belo Horizonte, 1969.

TAPIÉ, 1973 - TAPIÉ, Victor-Lucien - *Rapprochement entre l'architecture religieuse de l'Europe Centrale et celle du Brésil au XVIII siècle*. "Bracara Augusta, Braga, 27 (76), 1973, p. 565-570.

TAPIÉ, 1974 - TAPIÉ, Victor-Lucien - *Barroco e classicismo*, 2 vols. Lisboa, Ed. Presença, 1974.

TELLES, 1969 - TELLES, Augusto C. da Silva - *Nossa Senhora da Glória do Outeiro*. Rio de Janeiro, Liv. Agir ed., 1969.

TORRE REVELO, 1956 - TORRE REVELO, José - *Tratados de Arquitectura utilizados en Hispanoamérica (siglos XVI a XVIII)*. "Revista Interamericana de Bibliografia", Washington, 6 (1), 1956, p. 3-24.